



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 129/XII/ 3.ª SL

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.
2. Apreciação do requerimento apresentado pelo PCP para audição do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, para prestar esclarecimentos sobre a situação atual e o futuro do Instituto de Investigação Científica Tropical.
3. Grelhas de tempo para audições - Apreciação.
4. Distribuição de iniciativas:
 - Proposta de Resolução nº 70/XII/3ª - "Aprova o Acordo Quadro entre a República Portuguesa e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, assinado em 31 de julho de 2012";
 - Proposta de Resolução nº 71/XII/3ª - "Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Bulgária no Domínio do Combate à Criminalidade, assinado em Sófia, em 28 de janeiro de 2011";
 - Proposta de Resolução nº 72/XII/3ª - "Aprova o Protocolo ao Tratado para a Antártida sobre a Proteção do Meio Ambiente, adotado em Madrid em 4 de outubro de 1991".
5. Aprovação das Atas n.º 126 e n.º 127 relativas às reuniões de 4 e 11 de fevereiro de 2014.
6. Outros assuntos.

1. Informações.

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, deu início à reunião informando que alguns membros da Comissão consideravam que se justificaria efetuar uma troca de pontos de vista sobre a situação na Ucrânia.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 129/XII/ 3.ª SL

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) disse que não se iria acrescentar nada à posição que já foi assumida pela Assembleia da República. Disse que as imagens dos últimos três dias têm sido chocantes e é por isso que considera que a Assembleia da República deve repudiar esses atos nos foros próprios. Concluiu referindo que esta intervenção serve como um apelo e visa expressar o apoio àqueles que desejam o regresso à paz naquele país.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) disse que não se pode ficar indiferente ao que se passa na Ucrânia, tanto mais que envolve a UE, e disse que partilhava a preocupação já expressa quanto aos últimos acontecimentos. Saliou a importância de haver uma tomada de posição para que regresse a paz e a tranquilidade àquele país.

O Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP) disse que acompanha as intervenções precedentes. Considera que se trata de uma matéria que mais do que uma tomada de posição exige um acompanhamento contínuo pelo que sugeriu que a Comissão fosse acompanhando a situação que evolui a cada momento. As imagens que chegam demonstram que os alicerces do estado ucraniano estão cada vez mais frágeis.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) Começou por referir compreender a razão pela qual a questão foi suscitada até porque não é possível ficar indiferente às imagens que todos os dias são transmitidas, mas também não é possível fazer leituras simplistas. É preciso apelar ao fim da escalada da violência e apelar ao diálogo e concluiu referindo que a soberania é do povo e o povo ucraniano tem de decidir sem constrangimentos.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) começou por referir que entende porque é que a questão é suscitada mas, considerou, não é com esta pequena reflexão que conseguiremos fazer uma análise da situação. Prosseguiu referindo que a solidariedade é com o povo ucraniano e é o povo que deve encontrar e definir o seu destino e o seu futuro.

O Sr. Presidente referiu que Portugal não é indiferente ao que acontece até porque tem uma matriz respeitadora dos direitos humanos. Ucrânia tem uma importância particular porque Portugal tem uma comunidade emigrante ucraniana significativa e

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 129/XII/ 3.ª SL

ainda por acusa das fronteiras orientais da UE. Disse que iria apresentar um projeto de voto sobre a situação na Ucrânia e apelando ao compromisso e diálogo.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) pediu a palavra para falar sobre a situação na Venezuela. Desde há algum tempo que a situação se tem degradado, a comunidade portuguesa aí residentes deixou de ter capacidade económica e muitos estão a abandonar o país pelo que deveria haver um acompanhamento de grande proximidade por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) disse que fazia sentido que esta Comissão se possa pronunciar sobre questões de política internacional que suscitam o nosso interesse e referiu que ainda recentemente esteve naquele país o membro desta Comissão, o Sr. Deputado Carlos Páscoa Gonçalves. Concluiu considerando que importa acompanhar a situação e até eventualmente ouvir o Embaixador da Venezuela e referiu que acompanha a proposta feita pelo Sr. Deputado Paulo Pisco no sentido de haver uma monitorização cautelosa por parte do MNE.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) disse que se em relação à Ucrânia achava que não era em pouco minutos que se analisaria a situação, no caso da Venezuela seria necessário muito mais tempo. Existe um clima de desestabilização causado pelas forças que perderam as eleições e que até reconheceram a derrota. É necessário apelar à contenção e à não-violência. Concluiu considerando que se justificava que a Comissão acompanhasse a situação da comunidade portuguesa aí residente.

O Sr. Presidente disse que considerava uma boa prática a Comissão não ser cega relativamente ao que se passa no mundo e considerou que era importante que estas questões sejam debatidas na Comissão para que o debate português seja esclarecido pelos contributos expressos pelos diferentes grupos parlamentares.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) disse que esta é a sede para se discutir mas a profundidade da análise não é conseguida com os poucos minutos em que cada grupo parlamentar se exprime. É conhecida, prosseguiu, a posição do seu grupo parlamentar quanto a estes atos de violência que têm sido perpetrados por grupos

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 129/XII/ 3.ª SL

antidemocráticos e referiu que a solidariedade que manifesta é com o povo e com os órgãos legitimamente eleitos. Houve progressos significativos do país nos últimos anos e concluiu referindo que o seu grupo parlamentar condena veementemente os atos perpetrados por aquelas forças.

2. Apreciação do requerimento apresentado pelo PCP para audição do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, para prestar esclarecimentos sobre a situação atual e o futuro do Instituto de Investigação Científica Tropical.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) apresentou o requerimento que foi entregue na sequência da audição realizada na semana passada ao Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e em que as respostas dadas não foram suficientemente esclarecedoras. Importa obter respostas claras quanto ao plano de reestruturação pois o que está a acontecer é o desmantelamento de um instituto que é fundamental para a cooperação.

O Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD) disse que considerava que o requerimento apresentado pelo PCP não deveria ser rejeitado, até porque quer o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, quer o Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação manifestaram a disponibilidade para abordar de novo a matéria, mas sugeriu que fosse igualmente debatido, na mesma audição, o conceito estratégico de cooperação.

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) disse que o seu grupo parlamentar também ficou insatisfeito com as respostas: o modo como vai ser feito e as consequências não foram esclarecidas. Disse que subscrevia o pedido de audição dos membros do Governo mas chamou a atenção para o comunicado do Conselho Científico do IICT que diz que irá solicitar audiência à Comissão, pelo que considerava prioritário ouvir os investigadores e depois, com a informação recolhida, ouvir os membros do Governo. Não coloca qualquer objeção ao aditamento proposto pelo orador que Coordenador do grupo parlamentar do PSD.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 129/XII/ 3.ª SL

O Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP) disse que, por princípio, votariam favoravelmente à audição proposta embora discorde da fundamentação constatare do requerimento. Disse ainda que não tinha qualquer objecção à proposta apresentada pelo PSD.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) disse que não tinha muito a acrescentar. Acompanha as propostas feitas, incluindo o debate sobre o conceito de cooperação estratégica. Se a proposta é no sentido de a audição ser feita em simultâneo sobre os dois temas, deve ser organizada de molde a não prejudicar a análise de nenhum dos temas.

O Sr. Presidente perguntou ao partido proponente se aceita a proposta, tendo a Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) reiterado a ideia que embora acolha a proposta feita, as duas questões devem ser abordadas separadamente. O IICT está a ser destruído pelo que urge agendar a audição para se perceber o que vai acontecer aos trabalhadores, à investigação em curso e ao acervo documental.

O Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD) disse que concordava que se tratava de uma questão urgente. Quanto ao Conselho Científico, referiu que já ouviu nesta e noutras Comissões parlamentares a pedido dos próprios e nunca por iniciativa parlamentar, pelo que lhe parece pertinente ouvir primeiro o Sr. Secretário de Estado e depois o Conselho Científico sobre a solução encontrada.

Debateu-se a forma como se processaria a audição, tendo sido deliberado votar sucessivamente o requerimento apresentado pelo PCP, seguido da proposta apresentada oralmente pelo PSD, no sentido de se proceder à audição do Sr. Secretário de Estado sobre o conceito de cooperação estratégica e da proposta apresentada pelo PS, de se ouvir o Conselho Científico do IICT. O requerimento apresentado pelo PCP e a proposta apresentada pelo PSD foram aprovados por unanimidade. A proposta apresentada pelo PS foi rejeitada, com os votos contra do PSD, a abstenção do CDS-PP e os votos a favor do PS, PCP e BE.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 129/XII/ 3.ª SL

3. Grelhas de tempo para audições - Apreciação.

O Sr. Presidente sugeriu que os grupos parlamentares analisassem a proposta apresentada pelos serviços para que sobre elas se delibere na próxima semana.

4. Distribuição de iniciativas:

- Proposta de Resolução nº 70/XII/3ª - "Aprova o Acordo Quadro entre a República Portuguesa e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, assinado em 31 de julho de 2012";

Cabendo ao PSD de acordo com os critérios fixados, foi indicado o Sr. Deputado Mário Magalhães para autor do Parecer;

- Proposta de Resolução nº 71/XII/3ª - "Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Bulgária no Domínio do Combate à Criminalidade, assinado em Sófia, em 28 de janeiro de 2011";

Cabendo ao PS de acordo com os critérios fixados, foi indicado o Sr. Deputado Laurentino Dias para autor do Parecer;

- Proposta de Resolução nº 72/XII/3ª - "Aprova o Protocolo ao Tratado para a Antártida sobre a Proteção do Meio Ambiente, adotado em Madrid em 4 de outubro de 1991".

Cabendo ao PSD de acordo com os critérios fixados, foi indicada a Sr.ª Deputada Carina Oliveira para autora do Parecer.

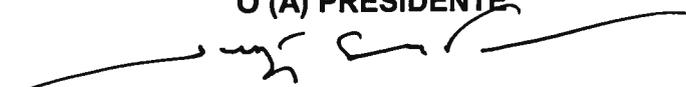
5. Aprovação das Atas n.º 126 e n.º 127 relativas às reuniões de 29 de janeiro e 4 de fevereiro de 2014.

Dado que as atas não foram distribuídas não se procedeu à sua votação.

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 12:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 01 abril 2014.

O (A) PRESIDENTE



(SÉRGIO SOUSA PINTO)



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 129/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
Carla Cruz
Carlos Páscoa Gonçalves
Filipe Lobo D' Ávila
Helena Pinto
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria Manuela Tender
Paulo Pisco
Pedro Silva Pereira
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
António Rodrigues
José Lino Ramos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
Feliciano Barreiras Duarte
Laurentino Dias

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Rodrigues Pereira
Maria José Moreno
Mário Magalhães
Nuno Magalhães

